

## Carta de Taboão da Serra

Nós, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, empresários, representantes de instituições de ensino, professores, profissionais autônomos, pesquisadores, lideranças comunitárias, integrantes de associações da sociedade civil, estudantes e membros da sociedade civil dos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Jquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, reunidos no Fórum Regional de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação do Oeste da Região Metropolitana de São Paulo, realizado nos dias 1 e 2 de Junho de 2005, em Taboão da Serra, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto Uniemp, apoiado por inúmeras instituições e entidades da mesma região, compreendemos que:

- O Fórum está coroado de êxito, porque conseguiu aproximar os diferentes e qualificados agentes da região aos principais protagonistas governamentais da área de pesquisa, fomento e financiamento da ciência e tecnologia.

Foi muito oportuna a percepção política dos agentes locais e do governo federal através do Ministério da Ciência e Tecnologia, da necessidade de contatar os demandantes dessa área de conhecimento e a sociedade e não aguardá-los, como se fazia antes. E ainda que esse processo deveria se dar em caráter regional e com a integração e cooperação intermunicipal. Além do que todos os serviços e produtos existentes, apresentados no Fórum ou não, estarão acessíveis nos sites ([www.mct.gov.br/forumsp](http://www.mct.gov.br/forumsp) e <http://home.uniemp.org.br/forunsregionais>) para consultas e melhor compreensão.

- Ficou evidenciado, através das inúmeras intervenções ao longo da programação, que o território de abrangência do Fórum, composto por quinze municípios é marcado por profundas desigualdades. A pobreza, a exclusão social, a má distribuição dos recursos públicos regionais, a ausência de coordenação e articulação de políticas públicas de caráter regional que assegurem acesso universalizante e igualitário aos serviços públicos, acentuam ainda a mais as desigualdades que se materializam nos territórios administrados pelos governos locais.
- Apesar das inúmeras dificuldades da região, pelos problemas anteriormente descritos, possui instalado um parque industrial, com excelente capacidade de produção e geração de emprego; é demandante de pesquisa e inovação tecnológica e tem encontrado dificuldades para operacionalizar acessos a estes processos, apesar da pouca distância física que os separa dos institutos de pesquisa tecnológica.
- Existem na região entidades de caráter empresarial, social, público, cultural, educacional, entre outros, que individualmente produzem uma e diversificada política de base para o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Este caráter de diversidade na desigualdade pode com uma melhor articulação institucional vir a desempenhar um importante papel na concepção, implementação e gestão de um projeto regional de desenvolvimento.
- As soluções aos problemas da região estão, em vários aspectos, interligados aos da Região Metropolitana de São Paulo e, que sem a participação, comprometimento, responsabilidade, cooperação e integração de todos os municípios, não há como individualmente solucioná-los. Não restando, portanto alternativas, sem perseguir o

caminho da integração, cooperação e fortalecimento das relações entre os envolvidos em todas as suas dimensões institucionais na região como um todo.

- O Fórum, reconhecidamente por todos os participantes como uma excelente oportunidade de encontro e congraçamento, serviu para demonstrar a dimensão dos problemas e o tamanho dos desafios, exigindo um sólido compromisso de atuação articulada e concertada regionalmente.
- Frente a estas considerações o Fórum delibera como importante e fundamental o encaminhamento das seguintes estratégias e ações:
  1. Assumir a tarefa de transformar em permanente o “Fórum Regional de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação”, estruturado com os vários grupos de trabalho dos “Arranjos Produtivos Locais – APL’s”, “Educação”, “Economia Solidária – Geração de trabalho, emprego e renda com estratégia de inclusão social”, “Saúde”, “O papel dos Planos Diretores e dos instrumentos de gestão urbana no desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente” e “Cultura”, com encontros regulares, ficando acertado o próximo encontro, em Osasco, dentro de 90 dias, e os demais deverão realizar, sucessivamente, em todos os municípios da região.
  2. A Coordenação do Fórum deverá realizar o trabalho de sistematizar as apresentações e conferências dos expositores e disponibilizá-las nos sites do projeto de forma que o conteúdo fique acessível à sociedade.
  3. Os sites deverão ser os portadores de notícias das várias agendas específicas dos grupos de trabalhos que foram estruturados para o Fórum, de forma a canalizar a estruturação os debates disponibilizar todo Serão montadas agendas para os específicos grupos e segmentos que serão publicizadas no site.
  4. Tendo em vista às várias propostas surgidas e demandas já estruturadas, entendemos que através dos vários mecanismos comunicação e de acesso a informação, em especial, o site do Fórum e com apoio do grupo de coordenação do MCT, os trabalhos prosseguirão e ganharão corpo. As rodadas seguintes deverão ter caráter de apresentação de pré-projetos, encaminhamentos dirigidos ou até mesmo, apresentação de resultados da implementação das propostas que saíram dos vários grupos de trabalhos, conforme abaixo serão apresentadas:

#### **GT dos Arranjos Produtivos Locais - APL's:**

- Estruturar parceria entre os Institutos Tecnológicos e entidades empresarias como forma a facilitar o acesso às informações sobre pesquisas em desenvolvimento no campo da inovação tecnológica, bem como estabelecer mecanismos de agilização na identificação das demandas empresarias e formas e encaminhamentos;
- Implantar na região os instrumentos previstos no Sistema Nacional de Respostas Técnicas como forma de facilitar e agilizar o acesso e as respostas demandadas pelas empresas e entidades de representação;
- As entidades empresarias deverão analisar e acompanhar visando interferir para assegurar que a implementação das ações previstas para a região, no Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo, dialoguem sob a perspectiva e lógica de

construção e fortalecimento da estratégia de desenvolvimento integrado que auxilie no combate das desigualdades e assimetrias regionais;

- O problema da formação da mão-de-obra gerou um grande consenso ao longo dos debates. Todos participantes confirmam que para a região superar os seus desafios é necessário investir na identificação de soluções para esta grave fragilidade no processo produtivo regional. No entanto, outro consenso também emergiu das reflexões, que apontou na direção de que a solução para não se dar por atos isolados dos setores público e ou privado e sim uma forma negociada de concepção, estruturação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações;
- Os participantes defenderam que é urgente a estruturação de “agenda propositiva” para a discussão e estabelecimento de ações e estratégias de enfrentamento conjunto de vários problemas de forte inserção regional (transporte coletivo, gestão dos resíduos sólidos e líquidos, segurança pública, assistência a saúde, entre vários outros);
- O tema do desenvolvimento foi abordado por todos através de diversas interpretações e sugestões de ações. Dado ao pouco tempo para aprofundar, esclarecer e consensuar as interpretações, o grupo recomendou ao Fórum a busca de uma estratégia entre as instituições regionais para a instalação de “câmaras temáticas” de forma a possibilitar a construção de espaços para o diálogo permanente possibilitando o desenho de estratégias que dialoguem com os interesses regionais;
- O setor da indústrias de móveis, representado no Fórum pelo SINDIMOV – Sindicato da Indústria do Mobiliário, apresentou proposta de realização de um censo, envolvendo as mais de 2.200 empresas do setor, para identificar com detalhes o potencial e as restrições de crescimento que a atividade possui. Como forma de facilitar o trabalho o seguimento está organizado entorno do Arranjo Produtivo de Móveis que muito facilita o diálogo e a organização da atividade; e
- Os participantes recomendaram que o Fórum fosse transformado em espaço de reflexão permanente com o agendamento de freqüentes encontros com temas específicos e que um destes fosse o encontro envolvendo as instituições empresais da região e os institutos tecnológicos presentes no encontro.

#### **GT da Educação:**

- O grupo recomendou com ênfase a continuidade dos encontros entre os dirigentes municipais de educação da região de forma constituir um grupo permanente de discussões aos moldes de uma “câmara técnica regional de educação” e, se possível instalar-se junto a uma instituição de cooperação intermunicipal par assegura que o debate sobre a estratégia da gestão educacional auxilie na articulação política da região e a criação de um grupo de trabalho para estruturar as estratégias de operacionalização da proposta anterior e que o mesmo deverá se reunir em um período não superior a 30 dias a contar do encerramento deste Fórum;
- O grupo recomendou como plataforma inicial dos trabalhos, a construção de parcerias entre as instituições de ensino do campo da educação e as secretarias/diretorias municipais de educação, bem como a equipe das escolas de forma a permitir o conhecimento e a aproximação das pesquisas de inovações de gestão em curso e realidade do cotidiano da gestão educacional; e
- O grupo reconhece que a educação é uma excelente ferramenta para promover a inclusão social, bem como resgatar cidadãos envolvidos no processo de exclusão social, uma vez ela dispõe de meios efetivo e sustentado de trabalho cotidiano com a sociedade. Frente a esta visão, reconhece-se que a educação é uma das mais fortes colunas de sustentação da rede de proteção social.

### **Economia Solidária – Geração de trabalho, emprego e renda com estratégia de inclusão social:**

- O grupo compartilha com o compromisso dos princípios da economia solidária como uma forma de organização da economia tendo como pressuposto que o interesse social esteja acima dos relativos ao mercado;
  - Recomendação com ênfase aos chefes dos governos locais da região que estabeleçam/criem em suas prefeituras estruturas que trabalhem o tema da economia solidária.
  - O grupo recomendou a continuidade de encontros desta natureza e criação de espaço adequado constituído por dirigentes municipais, organizações não governamentais e, representantes dos movimentos da sociedade civil como forma de assegurar o estabelecimento de políticas públicas regionais, que possibilitem a construção de ações e estratégias para o desenvolvimento humano;
  - Uma vez organizado o tecido de articulação regional sobre o tema, o grupo recomenda buscar o estabelecimento de parcerias entre esta instância e as instituições de ensino e institutos tecnológicos visando a adoção das estratégias regionais;
  - O grupo também manifestou apoio ao debate que ocorre no país sobre a adequação da legislação das licitações públicas de forma a permitir e estimular a participação de entidade oriundas deste ambiente nas modalidades licitatórias.
- 
- **Saúde:**
  - O grupo defendeu que os governos locais devem assegurar a instalação dos seus sistemas municipais de saúde concebidos, estruturados, organizados e operados conforme determinam a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde, de forma assegurarem a todos cidadãos o acesso universal e gratuito aos serviços em todos os níveis da organização assistencial;
  - Foi de ampla compreensão e reconhecimento que o Programa de Saúde da Família – PSF, é uma importante instrumento para levar a assistência à saúde aos mais distantes locais dos territórios do país, no entanto a sua implementação e gestão não devem configurar como um sistema a parte, e sim uma ferramenta do SUS;
  - O grupo compartilha a tese que individualmente os municípios são incapazes de solucionar os problemas da assistência a saúde (mesmo aqueles que dispõem de orçamentos mais fortes), dependendo fortemente de ações de concepção, planejamento e implementação das políticas de forma compartilhada regionalmente. Para enfrentar este desafio, o grupo recomenda o fortalecimento e articulação de ambientes para a reflexão e construção do modelo de assistência regional de saúde, através da criação e/ou empoderamento de espaços de cooperação intermunicipal já existente. De forma mais específica, recomendou-se o estabelecimento da “câmara técnica regional de saúde” para a operacionalização das sugestões;
  - O tema da gestão da política pública de saúde foi mais uma das questões debatidas. Como nas demais áreas, a saúde também enfrenta sérios problemas quanto à formação da mão-de-obra dos operadores da saúde bem até dos gestores. O grupo entende que o problema deve ser enfrentado de forma regional, pois o custo da adoção das estratégias de solução em nível municipal é muito custoso. Recomendou-se que seja articulado um programa de capacitação e formação de recursos humanos de forma a contemplar toda a região; e
  - O grupo discutiu ainda, a importância da mudança da lógica de financiamento da assistência à saúde no país, no entanto enquanto não se constrói uma solução de consenso

nacional, foi recomendado que seja fortemente apoiado os movimentos de reivindicação de reajuste da “Tabela SUS”.

### **GT sobre o papel dos Planos Diretores e dos instrumentos de gestão urbana no desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente:**

- O grupo compartilha a compreensão que os Planos Diretores, conforme determinado pelo Estatuto das Cidades, é instrumento fundamental para pactuar o modelo de desenvolvimento urbano que a sociedade deseja para as nossas cidades. Compreende também que os “passivos” gerados pelas ocupações urbanas em desconformidade com um padrão razoável de urbanização, não serão resolvidos de imediato por este instrumento jurídico, mas nele deverão estar previstas as medidas concretas para evitar novas ocupações irregulares, correção dos desvios e adequação ao padrão de desenvolvimento urbano estabelecido pela pactuação municipal, refletida no instrumento jurídico denominado Plano Diretor;
- O grupo recomenda que os processos de elaboração dos Planos Diretores pelos governos locais sejam precedidos de campanhas de divulgação do tema para toda a sociedade. Recomendou também que fossem organizados materiais de comunicação e informação para distribuição a todos os moradores de forma que todos se apropriem do conteúdo do Plano Diretor e em especial do processo de elaboração do instrumento legal. Neste sentido a recomendação, é que sejam elaborados materiais que sejam capazes de dialogar com os munícipes em três etapas distintas do processo: a primeira é a que informa a decisão do poder público em cumprir o Estatuto da Cidade e elaborar o Plano Diretor para o município. O material deve apresentar os pressupostos gerais e a importância da participação da sociedade nas discussões. Enfim é a fase em devem ser apresentadas a estratégia de construção do plano (a agenda dos trabalhos) e realizar a sensibilização e mobilização para a participação. A segunda é o processo, propriamente dito de construção do plano. A terceira envolve a divulgação dos todos os instrumentos que compõem o plano diretor (o próprio plano, a lei de uso e ocupação do solo, o código de obras e o código de posturas) e os mecanismos de funcionamento e fiscalização, em especial como funcionará o Conselho da Cidade;
- O grupo defendeu a necessidade de estruturação de “câmaras temáticas” e o fortalecimento de entidades de cooperação intermunicipal para a discussão e estabelecimento de ações e estratégias de enfrentamento conjunto de vários problemas de caráter regional (transporte coletivo, gestão dos resíduos sólidos e líquidos, segurança pública, assistência a saúde, entre vários outros).
- O grupo abordou a necessidade de estruturar parcerias locais entre as políticas públicas de gestão urbana, a educação e saúde como forma de ampliar o debate com a comunidade de forma contínua e estruturada com temas do interesse do cotidiano. Sugeriu-se que as câmaras temáticas (de gestão urbana, saúde e educação) que eventualmente vierem a ser criadas poderiam ser o local de construção das diretrizes gerais destas parcerias; e
- O grupo discutiu também o tema do desenvolvimento e preservação do meio ambiente na região. É um assunto recorrente entre os dirigentes da região que aponta dificuldades para os municípios que tem 100% de seu território localizados em áreas de proteção ambiental, desenharem estratégias de desenvolvimento econômico e social. Foi identificado que é necessário realizar novos encontros para aprofundar o debate em relação as estratégias de desenvolvimento possível nestas regiões. Presente no Fórum, o Prefeito de São Lourenço da Serra, sugeriu que o próximo encontro fosse realizado em seu município.

### **GT da Cultura:**

- O grupo ao longo dos debates entendeu ser necessário recomendar com bastante ênfase que o Fórum pudesse adotar caráter permanente;
- Os integrantes do grupo compartilham com a avaliação de que a uma boa e articulada política cultural, pode desempenhar um enorme papel como estratégia de inclusão social, em especial se realizada em parceria com as demais políticas públicas, como educação e saúde;
- O grupo apresentou recomendação de diretrizes gerais para que as proposta de política cultural ao serem elaboradas contemplem a criação de espaços que tenham como lógica, espaços interativos (e não apenas contemplativo), que a memória cultural local possa ser resgatada através do envolvimento de alunos, educadores e em especial dos moradores mais antigos da cidade, de forma a permitir o resgate oral da história. Toda esta estratégia pode ser englobada em um projeto que apresente as características de algo como um espaço denominado “Estação Memória”;
- O grupo indicou que os municípios da região possuem um grande potencial cultural e turístico, no entanto, é pequena a articulação regional para aproveitamento deste. Em especial os componentes do “Eixo da BR 116 – Rodovia Regis Bitencourt” (Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba e São Lourenço). Os integrantes do grupo sugeriram que fosse constituída a organização de uma rede de dirigentes de cultura e turismo, entidades não governamentais dedicadas ao tema, instituições de ensino e pesquisa para trabalhar o tema do aproveitamento do potencial cultural e turístico. Em referência ao eixo rodoviário, sugeriu-se que esta articulação deveria chamar-se “Rede Br Cultural”. Presente no encontro os representantes de Itapecerica da Serra sugeriram que o primeiro encontro da rede fosse realizado no município; e
- No mesmo sentido o grupo ponderou a importância de tratar a associação do tema da cultura com o eco-turismo, uma vez que segundo os participantes, existe uma boa possibilidade sinérgica entre ambos. Presentes no Fórum, os dirigentes de Juquitiba, ofereçam a cidade para sediar um encontro que tenha como pauta o tema.

Taboão da Serra, 2 de junho de 2005.